

MINISTÉRIO DA DEFESA

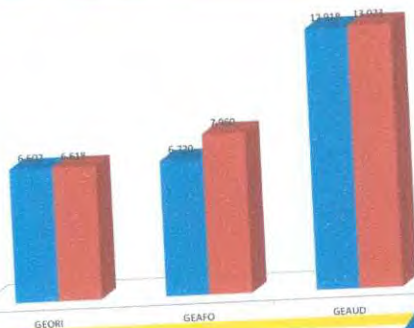
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório Anual de Atividades

2013



■ PREVISTO
■ REALIZADO



Brasília - DF
Março/2014

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DO MINISTÉRIO DA DEFESA
ciset@defesa.gov.br

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES EXERCÍCIO 2013

Brasília-DF
Março/2014

APRESENTAÇÃO

Trata-se do relatório de atividades da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (Ciset/MD), relativo ao exercício de 2013, elaborado em cumprimento às disposições contidas no art. 13, inciso XIV, Anexo VIII, da Portaria Normativa nº 142/MD, de 25 de janeiro de 2008 (Regimento Interno do Ministério da Defesa).

O presente relatório, instruído no intuito de demonstrar as ações de controle estabelecidas e realizadas no decorrer do exercício, contempla os principais resultados da atuação da Ciset/MD, por intermédio de seus agentes e áreas técnicas específicas, em decorrência de suas competências institucionais.


No exercício 2013, conquanto o quadro histórico de insuficiência de mão de obra especializada, a Secretaria de Controle Interno, no que tange à avaliação de seu desempenho institucional, ultrapassou, em termos globais, em 5,19% as metas programadas, conforme verificado no comparativo entre a meta fixada (Anexo I) e os resultados alcançados (Anexo II).

Os trabalhos realizados, além de contribuírem substancialmente para orientar os agentes responsáveis pelos órgãos e entidades fiscalizados, sob a supervisão desta Pasta Ministerial, na busca da boa e regular aplicação dos recursos públicos, constituem essencial resposta à sociedade, no controle dos gastos públicos.

Na defesa desse entendimento, citamos os vários relatórios, informações e notas emitidos pelo órgão setorial de controle interno, em decorrência dos trabalhos de fiscalizações realizados, cujas falhas e impropriedades apontadas, em função das atividades de controle prévio, foram corrigidas pelos gestores, ao longo do exercício, preservando-se o interesse público.

Em suma, o relatório apresenta as atividades desenvolvidas no exercício, e, ainda, demonstra as condições de trabalho em que as atividades foram realizadas, no que diz respeito aos recursos materiais e humanos colocados à disposição da Secretaria de Controle Interno da Pasta Ministerial.

Brasília, 25 de março de 2014.



MARIA ALDECI BÔBÔ LOPES
Secretária de Controle Interno

SUMÁRIO

1. SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	4
1.1. Estrutura Organizacional	4
1.2. Competência	5
2. ATIVIDADES	5
2.1. Unidades Técnicas	5
2.1.1. Gerência de Orientação e Avaliação (Geori)	5
2.1.2. Gerência de Acompanhamento Financeiro e Orçamentário (Geafo)	8
2.1.3. Gerência de Auditoria (Geaud)	9
2.2. Gerais	12
2.2.1. Metas – Fixadas e Realizadas	12
2.2.2. Processos	13
2.2.3. Documentos Produzidos	13
2.3. Outras Atividades	13
2.3.1. Comissão de Controle Interno do Ministério da Defesa (CCI/MD)	14
3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS	16
3.1. Recursos Materiais	16
3.2. Recursos Humanos	16
3.2.1. Capacitação de Agentes Públicos	17
4. CONCLUSÃO	18

1. A SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO (Ciset/MD)

A Ciset/MD, órgão setorial do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, previsto no art. 22, § 2º da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, foi implantada com a edição do Decreto nº 3.080, de 10 de outubro de 1999, o qual aprovou a primeira estrutura regimental e o quadro de cargos em comissão do Ministério da Defesa (MD).

No cumprimento de suas atribuições, a Ciset/MD atua nos órgãos e entidades vinculadas diretamente à Pasta Ministerial e, por meio das respectivas unidades setoriais de controle interno, nos Comandos das Forças Armadas e entidades vinculadas, conforme estabelece o Regimento Interno do Ministério da Defesa, no art. 1º do Anexo VIII à Portaria Normativa nº 142/MD, de 25 de janeiro de 2008.

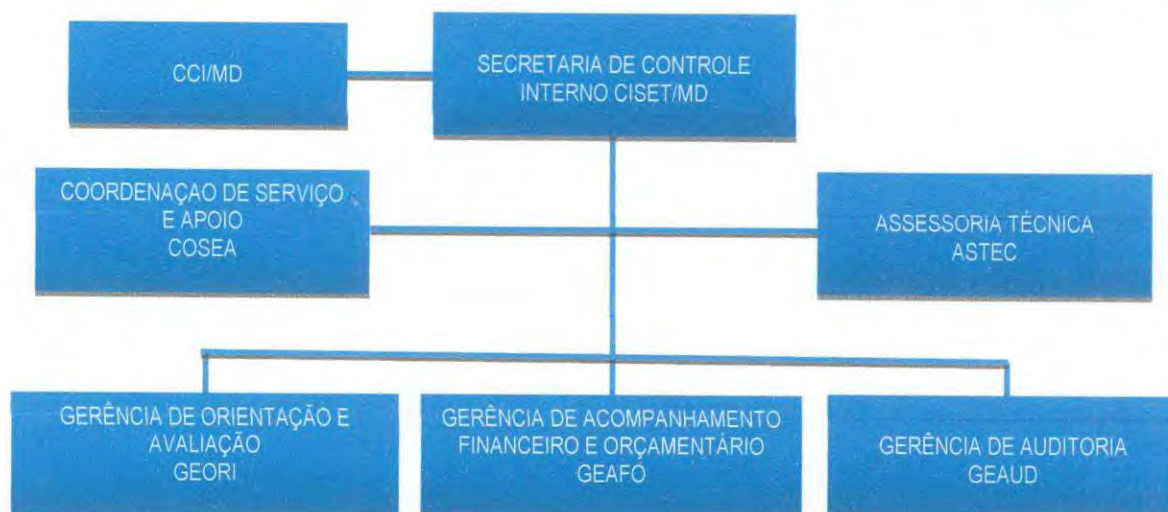
As atividades desenvolvidas pela Ciset/MD visam ao cumprimento das finalidades expressas no art. 74 da Constituição Federal e reproduzidas no art. 49 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União); no art. 20 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001; e no art. 2º do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, quais sejam:

- I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades de sua área de atuação, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; e
- IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Na condição de unidade da estrutura organizacional institucionalizada, a Ciset/MD exerce, no âmbito do Ministério da Defesa, parcela das finalidades atribuídas pelo Poder Constituinte e legislação aplicável ao sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, bem como àquelas definidas em normas regulamentares.

1.1. Estrutura Organizacional

A Ciset/MD, para a execução de suas atividades finalísticas, constitui-se de três gerências: Gerência de Orientação e Avaliação (Geori); Gerência de Acompanhamento Financeiro e Orçamentário (Geafo); e Gerência de Auditoria (Geaud). Conta, ainda, com a Assessoria Técnica (Astec) e a Coordenação de Serviço e Apoio (Cosea). E, como órgão colegiado, conta, também, com a Comissão de Controle Interno do Ministério da Defesa (CCI/MD), conforme estrutura organizacional representada no organograma seguinte:



1.2. Competência

Por força do disposto no art. 74 da Constituição Federal e no Art. 24 da Lei 10.180, de 6/2/2001, compete à Ciset/MD desempenhar as atribuições estabelecidas no art. 6º do Decreto nº 7.974, de 1º/4/2013 e no art. 2º do Anexo VIII da Portaria Normativa nº 142/MD, de 25/1/2008, bem assim realizar a integração e orientação das ações de controle, sob a responsabilidade das unidades de controle interno do Ministério da Defesa e dos Comandos vinculados à Pasta Ministerial.

2. ATIVIDADES

2.1. Unidades Técnicas

2.1.1. Gerência de Orientação e Avaliação (Geori)

2.1.1.1. Atos de Pessoal

A Gerência verificou a exatidão e suficiência de dados e a legalidade de 100 (cem) atos de nomeação de pessoal, implantados pela administração do Hospital das Forças Armadas (HFA) e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), com fulcro na Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civil da União, das autarquias e das fundações públicas federais, ao amparo de concursos públicos realizados, nos termos da legislação.

Com relação às aposentadorias e pensões, os exames, envolvendo 74 (setenta e quatro) atos, abrangeram as concessões relativas ao pessoal civil estatutário, promovidas na jurisdição do Ministério da Defesa, do Hospital das Forças Armadas e da Escola Superior de Guerra, tendo como fundamento as disposições contidas no art. 40 da Constituição Federal, com as modificações introduzidas pelas EC nº 20, de 15/12/1998, EC nº 41, de 19/12/2003 e EC nº 47, de 5/7/2005, e, ainda, as alterações promovidas com fulcro no disposto na EC nº 70, de 29/3/2012, que acrescentou o art. 6º-A a EC nº 41/2003, reconhecendo o direito de percepção, por ex-servidor, dos proventos da remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria por motivo de invalidez.

2.1.1.2. Atendimento às consultas e orientações dirigidas à Administração

A Gerência, em 2013, manifestou-se, diante da formulação de consultas e orientações, em 58 (cinquenta e oito) processos, envolvendo assuntos de diversas naturezas, citando-se, em especial, questões relacionadas com tratamentos de convênios, de instruções de tomadas de contas especiais, de matérias afetas a pessoal, a administração orçamentária e financeira, e, ainda, a aplicação de jurisprudência e interpretação da legislação própria, sob a ótica do sistema de controle interno.

2.1.1.3. Avaliação de denúncias e assuntos diversos, sob o aspecto do controle social.

Sobre esse prisma, foram avaliadas 16 (dezesesseis) denúncias anônimas, transmitidas pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), ou advindas do Ministério Público Federal, em face de convênios celebrados na jurisdição do Programa Calha Norte, envolvendo assuntos diversos, tais como: direcionamento de licitações realizadas na esfera dos municípios; falta de implantação de projetos conveniados, de cunho social; movimentação indevida da conta corrente vinculada ao convênio, além de desvios de recursos comprometidos ou descentralizados do orçamento da União, em exercícios anteriores, compreendendo a quantia de R\$ 27.872.466,39, todas com manifestação conclusiva, por parte da Gerência, após o atendimento de diligência promovida junto à concedente.

Acrescente-se, também, o exame de representação oferecida por empresa interessada no objeto de licitação deflagrado por órgão vinculado à Pasta Ministerial, tratada pela Geori no Relatório de Auditoria nº 30/2013/Geori/Ciset-MD, de 22/5/2013, matéria essa recepcionada pelo Tribunal de Contas da União no Processo TC nº 012.718/2013-0, ainda pendente de julgamento.

2.1.1.4. Tomada de Contas Especial (TCE)

No exercício de 2013, a Gerência, nos termos do inciso III do art. 9º da Lei nº 8.443/1992 e do art. 151 do Decreto nº 93.872/1986, certificou e encaminhou ao Tribunal de Contas da União o total de 11 (onze) tomadas de contas especiais, instauradas em função de convênios, abrangendo recursos no valor original de R\$ 7.295.676,00, descentralizados, em exercícios distintos, dos orçamentos da União, administrados pelo Departamento de Administração Interno do Ministério da Defesa, atualmente pelo Departamento do Programa Calha Norte.

Também sobre o tema, registramos a avaliação, em atendimento ao disposto no inciso XI, art. 10, Anexo VIII da Portaria Normativa/MD nº 142, de 25/1/2008, de 7 (sete) tomadas de contas especiais, instauradas na jurisdição dos Comandos da Marinha e da Aeronáutica, para fins de instrução dos respectivos pronunciamentos do Ministro de Estado da Defesa, em cumprimento ao previsto no art. 52 da Lei nº 8.443, de 16/7/1992.

2.1.1.5. Avaliação de Programas de Governo

Em cumprimento ao disposto nos incisos I e II do art. 10 do Anexo VIII da Portaria Normativa/MD nº 142, de 25/1/2008, a Geori, em função do PPA 2012-2015, instituído pela Lei nº 12.593, de 18/1/2012, promoveu acompanhamento quanto ao comportamento da gestão dos recursos, a partir do orçamento da União, relativamente ao Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, com foco nas atividades do Programa Calha Norte, bem assim do Programa 2108 - Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa, voltado às realizações do Hospital das Forças Armadas, tendo como referência as informações obtidas junto às áreas responsáveis, além dos dados

coletados mediante consultas nos sistemas corporativos do Governo Federal, notadamente o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (Siop) e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

2.1.1.6. Acompanhamento da implantação de Planos de Ação

A atuação da Gerência teve por finalidade subsidiar os trabalhos do órgão setorial de controle interno, no cumprimento das obrigações conferidas pelo art. 74 da Constituição Federal, além de contribuir para o processo de certificação das contas dos dirigentes do Hospital das Forças Armadas (HFA), da Escola Superior de Guerra (ESG), da Secretaria de Organização Institucional (Seori), da Secretaria de Pessoal, Ensino e Desporto (Sepesd), da Secretaria de Produtos de Defesa (Seprod), do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (Emcfa) e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), exercício de 2012, encaminhadas ao Tribunal de Contas da União no ano de 2013.

O trabalho, elaborado por meio de consultas ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento e ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, teve como principal objetivo verificar o comportamento dos planos de ação das mencionadas unidades, especialmente no que tange ao cumprimento da programação de trabalho, ações planejadas, metas físicas e suas execuções financeiras, considerando os recursos orçamentários disponíveis, com o fito de subsidiar a certificação das contas, de responsabilidade dos gestores das respectivas unidades, exercício de 2012, no uso das competências da Geaud.

No quadro subsequente, apresentamos a consolidação dos dados atinentes aos planos de ação da Administração dos citados órgãos, objeto do acompanhamento promovido na esfera da Gerência de Orientação e Avaliação, compreendendo o quantitativo de Programas e suas Ações Governamentais, bem assim o volume de recurso envolvido, consignado no orçamento da União, relativo ao exercício de 2012, certificadas, para efeito de prestação de contas, no exercício de 2013:

ÓRGÃO/ ENTIDADE	QUANTIDADE		VOLUME DE RECURSO ENVOLVIDO (R\$)
	PROGRAMA	AÇÃO	
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam)	01	05	56.758.965,00
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (Emcfa)	03	15	425.103.565,00
Secretaria de Organização Institucional (Seori)	02	11	489.739.357,00
Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (Sepesd)	02	03	10.230.000,00
Secretaria de Produtos de Defesa (Seprod)	01	02	2.633.000,00
Hospital das Forças Armadas (HFA)	02	11	217.181.291,00
Escola Superior de Guerra (ESG)	01	02	8.085.000,00
TOTAL	12	49	1.209.731.178,00

Os acompanhamentos realizados, à vista das informações levantadas junto às áreas próprias, bem como dos dados colhidos mediante consulta às bases do Siop e do Siafi, contribuíram no processo de orientações tempestivas, dirigidas aos gestores, buscando o saneamento de falhas ou impropriedades encontradas.

2.1.1.7. Apoio à Elaboração da Prestação de Contas da Presidente da República (PCPR)

Os procedimentos de acompanhamento e apoio oferecidos pelo corpo técnico da Gerência permitiram o encaminhamento à Secretaria Federal de Controle Interno, para a devida consolidação, no prazo e na forma requerida, do documento contendo os dados concernentes à Pasta Ministerial.

2.1.2. Gerência de Acompanhamento Financeiro e Orçamentário (Geafo)

A Gerência, no decorrer do exercício, realizou, de forma direta, a fiscalização contábil, orçamentária, financeira e patrimonial dos atos de gestão praticados pelos dirigentes das unidades gestoras, integrantes da estrutura da administração central do MD, e de unidades supervisionadas, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), produzindo, nesse contexto, 72 (setenta e dois) relatórios de acompanhamento, além de notas técnicas e de informação, distribuídos nas seguintes ações de controle:

ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL	PRODUTO	QTDE
Ministério da Defesa	Relatório	12
	Nota	1
TOTAL		13

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	PRODUTO	QTDE
Fundo do Ministério da Defesa	Relatório	5
Fundo do Serviço Militar	Relatório	4
Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa	Relatório	5
Escola Superior de Guerra	Relatório	5
Hospital das Forças Armadas	Relatório	5
Departamento de Administração Interna	Relatório	6
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	Relatório	5
Departamento de Planejamento Orçamentário e Financeiro	Relatório	14
	Informação	1
TOTAL		50

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS NO SIAFI	PRODUTO	QTDE
Departamento de Administração Interna	Relatório	1
	Nota	1
Departamento do Programa Calha Norte	Relatório	3
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	Relatório	3
TOTAL		8

ACOMPANHAMENTO DAS INFORMAÇÕES REF A IMÓVEIS NO SPIUNET	PRODUTO	QTDE
Departamento de Administração Interna	Relatório	1
Hospital das Forças Armadas		2
TOTAL		3

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE AÇÕES LIGADAS AOS V JOGOS MUNDIAIS MILITARES - RIO 2011	PRODUTO	QTDE
Ministério da Defesa	Relatório	1

A atuação da Gerência, no papel de orientar com base no resultado do controle preventivo, contribuiu para o saneamento tempestivo de inconsistências, por parte dos gestores, o que, conseqüentemente, evitou ocorrência de pendências, quando do encerramento do exercício, com conseqüente reflexo na certificação das contas, a cargo deste órgão setorial de controle interno, no uso de suas funções regimentais, para efeito do julgamento, pelo Tribunal de Contas da União, de que trata o inciso II do art. 71 da Constituição Federal.

2.1.3. Gerência de Auditoria (Geaud)

À vista das atribuições inerentes ao sistema de controle interno, em especial aquelas contempladas no regimento interno deste Ministério, e, ainda, no atendimento de outras atividades não previstas no planejamento inicial, a Gerência de Auditoria realizou os trabalhos a seguir detalhados:

AÇÕES DE CONTROLE REALIZADAS	TOTAL
Auditorias de Contas Anuais	7
Auditorias de Acompanhamento da Gestão	7
Acompanhamento das Recomendações e Determinações Emanadas dos Órgãos de Controle Interno e Externo	2
Acompanhamento dos Julgamentos das Tomadas e Prestações de Contas Anuais das Unidades Jurisdicionadas	4
Acompanhamento Permanente dos Gastos	4
Análise de Processos	39
Apoio ao Gestor na Elaboração do Relatório de Gestão	10

2.1.3.1. Resultados das Auditorias de Contas Anuais

No exercício de 2013, a Gerência avaliou, para fins de certificação de contas anuais, a gestão de 7 (sete) unidades vinculadas ao Ministério da Defesa, compreendendo dotação orçamentária da ordem de R\$ 599.439.797,95, conforme detalhamento apresentado no quadro subsequente:

UNIDADE JURISDICIONADA	DOTAÇÃO (R\$)
Secretaria de Organização Institucional	300.390.851,65
Escola Superior de Guerra	9.522.183,69
Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa	2.093.807,04
Fundo do Ministério da Defesa	1.357.707,00
Fundo do Serviço Militar	8.528.020,00
Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	243.350.689,00
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	34.196.539,57
TOTAL	599.439.797,95

Em face dos resultados das auditorias de contas anuais, os dirigentes da Escola Superior de Guerra, da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa, do Fundo do Ministério da Defesa, do Fundo do Serviço Militar e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia receberam certificado de regularidade de suas respectivas gestões.

Nas auditorias realizadas na Secretaria de Organização Institucional e no Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas, constataram-se impropriedades que, em função da relevância, impactaram na gestão, motivando a emissão dos competentes certificados com ressalva, bem assim a formulação de recomendações direcionadas aos respectivos dirigentes, buscando medidas de saneamento e aperfeiçoamento dos controles internos pertinentes.

2.1.3.2. Auditorias de Acompanhamento da Gestão

No decorrer do exercício de 2013, a Geaud realizou 7 (sete) auditorias de acompanhamento da gestão, destacando-se, em especial, os trabalhos promovidos com o objetivo de examinar os atos relacionados à fiscalização dos contratos administrativos, no âmbito da Secretaria de Organização Institucional, envolvendo procedimentos afetos à área de pessoal, à concessão de diárias e à aquisição de passagens aéreas, todos indicando ocorrência de descumprimento às normas aplicáveis, ensejando a formulação de recomendações, voltadas ao fortalecimento dos controles administrativos, de modo a evitar a reincidência das situações encontradas.

Destaque-se, também, a auditoria de acompanhamento realizada sobre as licitações atinentes ao fornecimento de bens e contratação de serviços, promovidas pelo Hospital das Forças Armadas, na qual ficou constatada grave descumprimento à legislação de regência da matéria, além de afronta a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, motivando a expedição de recomendações, com vistas às devidas regularizações, devendo a eficácia das providências adotadas pela administração ser avaliada nos futuros trabalhos a cargo desta Gerência, no decorrer do exercício em curso.

A título de acompanhamento da gestão, citamos, ainda, a auditoria realizada na Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa, com o fito de examinar os atos de gestão relativos à aquisição de bens e contratação de serviços, por meio de licitação, dispensa ou inexigibilidade; à política de pessoal; à utilização de cartão de crédito corporativo; ao uso e manutenção de veículos, e, ainda, à movimentação de bens permanentes e de consumo.

Nesse trabalho, constatou-se que, exceto pela concessão excessiva de horas extras sem a devida demonstração de imperiosa necessidade e sem a autorização prévia da administração, os procedimentos adotados pelos gestores da RBJID guardavam conformidade com a legislação que rege a matéria, o que não afastou, no entanto, a formulação de recomendação buscando o aprimoramento da gestão da Unidade.

2.1.3.3. Atuação Preventiva

2.1.3.3.1. Acompanhamento Permanente dos Gastos (APG)

Consiste o Acompanhamento Permanente dos Gastos (APG) em sistemática de trabalho, voltada ao acompanhamento tempestivo da execução das políticas públicas, por intermédio do orçamento e da execução financeira das unidades vinculadas à Pasta Ministerial.

O acompanhamento permanente de gastos, de que se trata, foi realizado em duas etapas: a primeira com o emprego das trilhas de auditoria produzidas no âmbito do Observatório da Despesa Pública, criado pela Controladoria-Geral da União (ODP/CGU), e, a segunda, por meio da análise crítica das informações constantes nos sistemas corporativos do Governo Federal (Siafi, Siasg, Sicaf) e dos relatórios produzidos pela Gerência de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro da Ciset/MD, sem prejuízo das informações levantadas pela Gerência de Orientação e Avaliação.

Essa metodologia de trabalho, aplicada no Departamento de Administração Interna, no Hospital das Forças Armadas, na Escola Superior de Guerra e no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, resultou na constatação de impropriedades para as quais foram formuladas recomendações, consignadas em relatórios próprios, com a finalidade de fortalecer os mecanismos de controle interno das unidades examinadas.

2.1.3.3.2. Participação na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla)

No exercício de 2013, a Ciset-MD, na condição de representante do Ministério da Defesa, participou da 11ª Reunião Plenária Anual da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), ocorrida na cidade de Uberlândia-MG, onde foram discutidos os resultados alcançados pelos grupos de trabalho, no exercício 2013, bem assim aprovados os relatórios finais das ações e traçadas as metas para 2014.

Por meio de seus representantes, o Ministério da Defesa se comprometeu a participar, em 2014, do desenvolvimento de 2 (duas) das ações desenvolvidas pela mencionada estratégia nacional, com a indicação de representantes das unidades de controle interno da Pasta Ministerial e dos Comandos das Forças.

2.1.3.4. Apoio à Atuação do Tribunal de Contas da União em Trabalhos de Fiscalização

No decorrer do exercício, a Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública do Tribunal de Contas da União (SecexDefesa/TCU), realizou 4 (quatro) trabalhos de fiscalização, sobre os temas: Grandes Eventos; Sistema de Comando e Controle das Ações de Segurança para a Copa do Mundo – FIFA 2014; Ações de Defesa e de Segurança Pública para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio/2016; e Desenvolvimento, Integração, Controle e Segurança da Região de Fronteira, envolvendo a administração central do Ministério da Defesa e os Comandos das Forças.

À Ciset/MD, no cumprimento das atribuições de promover apoio ao Colendo Tribunal, coube o papel de promover o assessoramento necessário, propiciar os meios para acesso às unidades demandadas, bem assim providenciar o encaminhamento das diligências promovidas pelas equipes técnicas do Egrégio Tribunal incumbidas dos trabalhos.

A atuação da Coordenação de Serviço e Apoio (Cosea), com vista ao desempenho do dever constitucional, permitiu o atendimento tempestivo das diligências recebidas, com o encaminhamento da documentação e das informações solicitadas à SecexDefesa.

2.2. Gerais

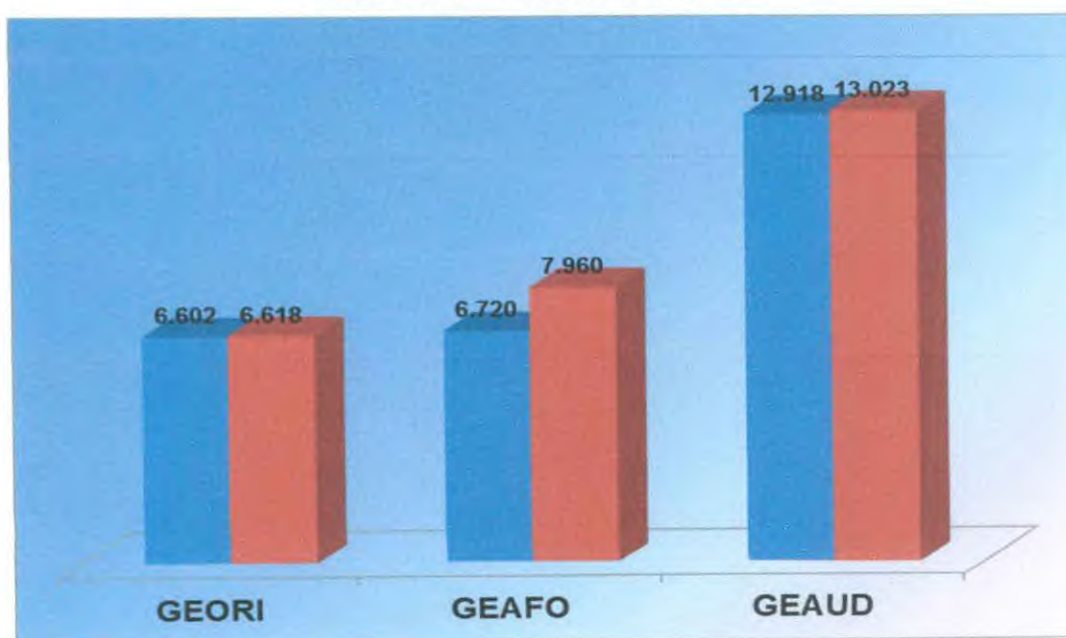
2.2.1. Metas – Fixadas e Realizadas

À vista do efetivo quadro de pessoal, a Ciset/MD atribui metas a serem cumpridas, devidamente quantificadas em pontos, para cada trabalho a ser executado no exercício. O estabelecimento e a distribuição desses pontos levaram em consideração a complexidade e quantidade de horas necessárias à elaboração dos respectivos produtos, calculadas com base na relação homem/hora.

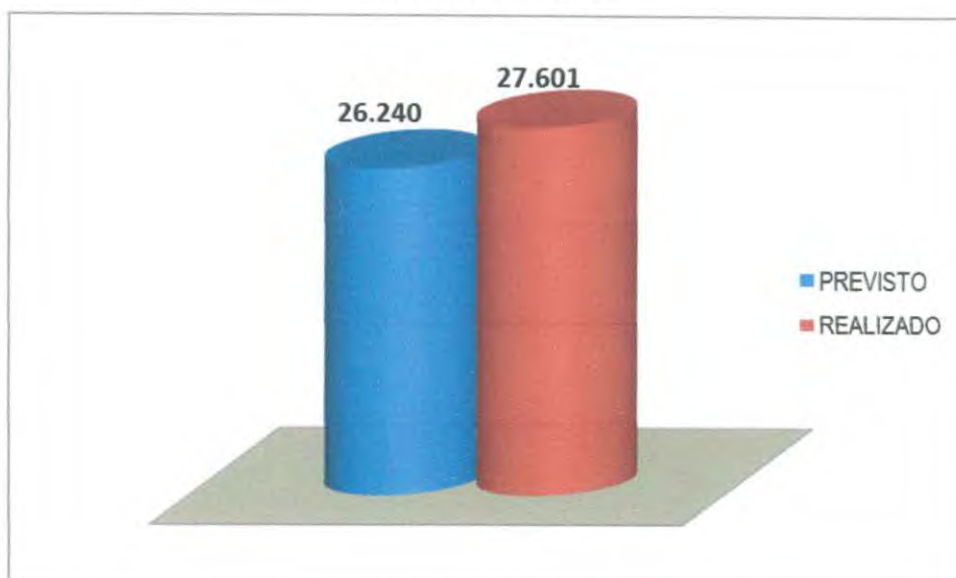
Na apuração dos resultados dos trabalhos realizados, em 2013, a Ciset/MD ultrapassou a meta total fixada, da ordem 26.240 pontos. O quadro a seguir apresenta a pontuação estabelecida e discrimina o incremento obtido por cada unidade técnica específica:

UNIDADE	PONTOS FIXADOS	REALIZADOS		INCREMENTO	
		PONTOS	PERCENTUAL (%)	PONTOS	PERCENTUAL (%)
GEORI	6.602	6.618	100,24%	16	0,24%
GEAFO	6.720	7.960	118,45%	1.240	18,45%
GEAUD	12.918	13.023	100,81%	105	0,81%
CISSET (TOTAL)	26.240	27.601	105,19%	1.361	5,19%

Comparativo de metas previstas e realizadas pelas Unidades da Ciset/MD – Exercício 2013



Comparativo de metas globais previstas e realizadas pela Ciset/MD – Exercício 2013



2.2.2. Processos

O quadro a seguir apresenta os quantitativos de processos que transitaram na Secretaria de Controle Interno e receberam tratamento no decorrer do exercício de 2013, em referência:

PROCESSOS DE CONTROLE INTERNO	TOTAL
Autuados	129
Apreciados	184
TOTAL	313

2.2.3. Documentos produzidos

No desempenho de suas funções institucionais, a Ciset/MD, no decorrer do exercício de 2013, produziu/expediu, dentre outros, os quantitativos de documentos, indicados por tipologia, no quadro subsequente:

TIPO DE DOCUMENTO	TOTAL	TIPO DE DOCUMENTO	TOTAL
Aviso (Minuta)	3	Ofício	485
Despacho	45	Portaria	5
Nota	13	Pronunciamento Ministerial (Minuta)	19
Informação	168	Relatório	110
Memorando	444	Solicitação de Auditoria	24

2.3. Outras Atividades

A Ciset/MD, além da atuação direta por meio de suas unidades orgânicas, desempenha a atribuição regimental de exercer a supervisão técnica, a coordenação de ações integradas e a orientação normativa das unidades setoriais de controle interno dos Comandos das Forças Armadas, por meio da Comissão de Controle Interno do Ministério da Defesa (CCI/MD).

2.3.1. Comissão de Controle Interno do Ministério da Defesa (CCI/MD)

A CCI/MD, órgão colegiado de integração e normalização das ações de controle, é formada pelos titulares das unidades de controle da Pasta Ministerial e dos Comandos das Forças e presidida pelo dirigente da Secretária de Controle Interno do Ministério da Defesa.

No exercício de 2013, a CCI/MD reuniu-se, ordinariamente, por 5 (cinco) vezes, para tratar de assuntos relacionados as ações de controle de interesse comum. Nessas reuniões foram abordados, entre outros, os seguintes temas:

REUNIÃO	TEMAS ABORDADOS
7/3/2013	1) Declaração de Bens e Rendas de agentes públicos. 2) Disciplinamento acerca de retorno de servidor da Carreira de Finanças e Controle à origem. 3) Auditorias do Tribunal de Contas da União na folha de pagamento de pessoal. 4) Curso de Qualificação de Pessoal. 5) Adesão à ata de Registro de Preços, em face de jurisprudência firmada pelo Tribunal de Contas da União. 6) Celebração de convênios e contratos de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos. 7) Reunião com técnicos do Tribunal de Contas da União para fins de apresentação de nova organização da Colenda Corte de Contas. 8) Reunião do Diretor do Centro de Controle Interno da Marinha, na Procuradoria-Geral da República, acerca de questões afetas aos eventos da Copa do Mundo.
23/5/2013	1) Submissão à aprovação da Secretaria Federal de Controle Interno de matéria que exija publicação pelos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal. 2) Qualificação de Pessoal. 3) Disciplinamento acerca de retorno de servidor da Carreira de Finanças e Controle à origem. 4) Auditoria do TCU sobre os Grandes Eventos. 5) Atuação do TCU nas Unidades Gestoras dos Comandos das Forças. 6) Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública. 7) Acórdão nº 1151/2013 – TCU – Plenário (Sessão de 15/5/2013), admitindo a possibilidade de o militar inativo exercer o cargo de magistério público acumulando os proventos da inatividade com os vencimentos do cargo de professor. 8) Impressões do Dirigente do Centro de Controle Interno do Comando do Exército acerca do fórum Anti-Corruption Program for Brazilian Government Officials.
29/7/2013	1) Atualização sobre assuntos afetos à Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Enccla. 2) Auditoria do TCU sobre os Grandes Eventos. 3) Atuação do TCU nas Unidades Gestoras dos Comandos das Forças. 4) Lançamento do 1º Concurso de Boas Práticas da Controladoria-Geral da União. 5) Celebração de termo de parceria com o Instituto Serzedello Corrêa. 6) Audiência pública no Senado Federal para fins de alteração da Lei nº 8.666/1993. 7) Agendamento de despacho com o Senhor Ministro de Estado da Defesa, buscando o pronunciamento sobre as prestações de contas relativas ao exercício de 2012. 8) Andamento da auditoria do TCU na Folha de Pagamento (FOPAG - Acúmulo de

	<p>Cargos).</p> <p>9) Considerações finais sobre os assuntos tratados na reunião ocorrida no Tribunal de Contas da União.</p>
30/9/2013	<p>1) Auditoria operacional do TCU, para fins de verificação da efetividade do Sistema de Comando e Controle (SCC) das ações de segurança para a Copa do Mundo FIFA 2014.</p> <p>2) Levantamento operacional (fiscalização), em fase de realização pelo TCU, buscando conhecer o funcionamento das políticas públicas de fortalecimento das fronteiras.</p> <p>3) Reunião entre o Ministro do TCU Aroldo Cedraz e o Ministro da Defesa (Jogos Olímpicos/2016).</p> <p>4) Celebração de termo de parceria com o Instituto Serzedello Corrêa.</p> <p>5) Curso de Qualificação de Pessoal.</p> <p>6) Proposta de Emenda à Constituição Federal – PEC nº 45/2009.</p> <p>7) Inscrição do Comando do 2º Distrito Naval no 1º Concurso de Boas Práticas da CGU - categoria "Aprimoramento dos controles internos administrativos".</p> <p>8) Consolidação das Contas de 2014, para apresentação em 2015 (Reuniões com o TCU) e Acórdão nº 2.140/2013 – TCU-Plenário.</p> <p>9) Simpósio de Controle Interno do MD em 2014, sob organização da Marinha do Brasil.</p> <p>10) Mudança da forma da área técnica do Tribunal de Contas da União para condução de julgamento de matérias envolvendo impropriedades sanadas em face de diligência promovidas.</p>
4/12/2013	<p>1) Controle de gastos com festividades, no âmbito do Ministério da Defesa e Comando das Forças.</p> <p>2) Obtenção de dados para fins de sistematização de informações sobre a governança e a gestão das aquisições da Administração Pública Federal.</p> <p>3) Prestação de Contas da Presidente da República (PCPR).</p> <p>4) Proposta de Emenda à Constituição Federal (PEC nº 45/2009).</p> <p>5) XI Reunião Plenária Anual da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – Enccla 2014.</p> <p>6) Iniciação dos trabalhos do TCU, relacionados com as Olimpíadas 2016.</p> <p>7) Atualização de informação acerca da auditoria operacional do TCU, para fins de verificação da efetividade do Sistema de Comando e Controle (SCC) das ações de segurança para a Copa do Mundo FIFA 2014.</p> <p>8) Considerações finais do Dirigente do Centro de Controle Interno do Comando do Exército Fórum Anti-Corruption Program for Brazilian Government Official.</p> <p>9) Regramentos da DN nº 132/2013/TCU – Processos de Contas, exercício 2013, apresentação em 2014.</p> <p>10) Atualização de informação acerca da situação do processo sobre acumulação de cargos públicos.</p> <p>11) Participação do CCIMAR nos eventos: "7º Fórum Brasil de Controle Interno e Auditoria" e "Diálogo Público – Governança nas Aquisições".</p> <p>12) Participação do CCIMAR no II Torneio Integração do TCU, na jurisdição do Rio de Janeiro.</p> <p>13) Comunicação sobre visita do Presidente do TCU ao Centro Experimental Aramar.</p> <p>14) Planejamento do III Simpósio de Controle Interno do Ministério da Defesa.</p>

3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

A administração da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, contando com a atuação da autoridade Ministerial, vem empreendendo ações no sentido de suprir suas necessidades com instalações físicas adequadas, aliadas a recursos materiais e humanos, de forma a propiciar condições ao órgão setorial no cumprimento da missão que lhe é atribuída. Nesse cerne, ao longo do tempo, foram obtidos avanços inegáveis, notadamente quanto às instalações físicas, mobiliário em geral, equipamentos e meios de informática, necessários à realização dos trabalhos, conforme comentado nos parágrafos subsequentes.

3.1. Recursos Materiais

A exemplo dos anos anteriores, no que diz respeito às instalações físicas e aos recursos materiais, a Ciset/MD tem contado com o pronto-atendimento às suas demandas, por parte dos demais órgãos do Ministério, no tocante ao oferecimento das condições ideais de trabalho, como forma de permitir o adequado desempenho de suas atividades regimentais e constitucionais.

3.2. Recursos Humanos

No tocante aos recursos humanos, e conforme já exposto em relatórios expedidos em função das atividades desenvolvidas em anos anteriores, as condições ainda não são ideais. Aliás, ao longo do tempo, a Ciset/MD vem ressentindo a falta de servidores especializados, da carreira de finanças e controle, cujo suprimento é de competência da Controladoria-Geral da União, na condição de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, bem assim responsável pela política de pessoal da carreira.

Apenas para fins de conhecimento, no quadro a seguir, apresentamos a lotação de pessoal aprovada, comparativamente ao efetivo disponível, posição em dezembro 2013:

CARGO / FUNÇÃO		PREVISTO	EXISTENTE	VAGO
Secretário	101.5	1	1	-
Gerente	101.4	3	3	-
Assessor	102.4	1	1	-
Coordenador	101.3	1	1	-
Assessor Técnico	102.3	3	3	-
Assistente	102.2	4	4	-
Assistente Técnico	102.1	4	4	-
Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)	6	2	4
Supervisor Militar	Nível V	4	3	1
Supervisor	GR IV	12	5	7
Especialista	Nível II	2	2	-
TOTAL		41	29	12

A propósito, cumpre registrar o fato de que, por se tratar de atividade que requer especialização técnica, a Ciset/MD, conquanto as diligências promovidas, tem encontrado dificuldades para o preenchimento de seu quadro de lotação.

3.2.1. Capacitação de Agentes Públicos

Com foco na capacitação de pessoal, no decorrer do exercício, assegurou-se a participação de servidores civis e militares dos quadros da Ciset/MD em 14 (quatorze) eventos, todos relacionados com as atividades de controle interno, perfazendo a carga total 566 (quinhentos e sessenta e seis) horas de treinamento, assim distribuídas:

CURSO	CARGA HORÁRIA (h)	NÚMERO DE PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA TOTAL (h)
Gestão no Serviço Público	80	1	80
Auditoria de Informática	10	1	10
Curso de Auditoria Ambiental	20	1	20
A Educação Inclusiva e a Educação Especial	120	1	120
Fundamentos da Administração Pública	60	1	60
Modalidades, Tipos e Fases da Licitação	40	1	40
Tomada de Contas Especial	16	2	32
Curso Prestação de Contas de Convênio	30	1	30
7º Fórum Brasileiro de Controle Interno de Auditoria da Administração Pública	12h30	2	25
Desenvolvimento de Líderes	16	1	16
Curso Avançado de SICONV	24	1	24
Relatório de Gestão	9	1	9
Elaboração de Indicadores de Desempenho Organizacional	30	2	60
Atualização em Direito Administrativo	20	2	40
CARGA HORÁRIA TOTAL			566

4. CONCLUSÃO

Não resta dúvida de que o exercício das atribuições da Secretaria de Controle Interno sobre as unidades da administração central do Ministério da Defesa e órgãos vinculados constitui um grande desafio. As constantes modificações implementadas na Administração Pública exigem tempestiva modernização dos meios necessários para o acompanhamento, orientação e avaliação da gestão dos recursos públicos. Nesse contexto, torna-se imperativa a identificação e a adoção de novos instrumentos de controle, mecanismos e processos de trabalho. Além disso, para a obtenção de resultados satisfatórios é imprescindível à qualificação adequada dos agentes envolvidos.

Não obstante as dificuldades enfrentadas, e conforme se verifica das informações apresentadas ao longo do presente relatório, a Secretaria de Controle Interno, em muito tem atuado, graças à cooperação e ao respeito mútuo firmado entre os servidores e militares, na atuação das atribuições afetas ao sistema de controle interno, e os gestores da Pasta Ministerial.

Embora os resultados positivos obtidos, no foco do cumprimento dos deveres constitucionais e regimentais, e no desempenho das atribuições de apoio ao Tribunal de Contas da União, não se pode perder de vista que o quadro poderia ser consideravelmente melhor se não fossem as restrições decorrentes da insuficiência de pessoal especializado.

Conquanto as limitações, as metas estabelecidas para exercício de 2013, relativamente às atividades da Secretaria de Controle Interno, foram superadas, levando-nos a concluir que a competência regimental do órgão foi exercida, em especial, pela certificação, em tempo hábil, das contas dos gestores, pela avaliação dos atos de pessoal e dos programas de governo, afetos à Pasta Ministerial, bem assim pela promoção de orientações tempestivas e o atendimento às consultas promovidas pelos dirigentes das unidades jurisdicionadas ao órgão.

A esse respeito, reafirma-se que a atuação da Secretaria, com o intuito de evitar a prática de atos contrários ao interesse público, priorizando as ações de controle preventivo e de orientação – sem descuidar-se de medidas corretivas, quando necessárias –, propiciou aos gestores adotar medidas no sentido realizar suas atividades regimentais, em observância aos princípios gerais que regem a Administração Pública, ou seja: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

Brasília, 25 de março de 2014.

MARIA ALDECI BÔBÔ LOPES
Secretária de Controle Interno

MARIA ALDECI BÔBÔ LOPES

Secretária de Controle Interno

ALMIR FURTADO DE SOUZA

Assessor

GESSÉ SANTANA BORGES

Gerente de Orientação e Avaliação

CLÁUDIA LUIZA REZENDE REGINA

Gerente de Acompanhamento Financeiro e Orçamentário

DAMÁSIO ALVES LINHARES NETO

Gerente de Auditoria

JOVELLANOS ALVES PEREIRA

ANTENOR FRAGA FERNANDES FILHO

ELEUSA BARBOSA DE MAGALHÃES MAIA

Assessores Técnicos

PAULO FONTENELE FIGUEIRA

Coordenador

LÚCIA DE FÁTIMA B. D. SCHERER

LUCIANO ROCHA SILVA

PAULO FELIPE SOARES VELOSO

JOSÉ IVAN SANTOS

Assistentes

RODRIGO AFFONSO PIMENTEL

GLÓRIA MARIA DE PAULA NUNES VARGAS

MARLON GALVÃO MOREIRA

JULIERME KIVIO FERNANDES SANTOS

Assistentes Técnicos

FRANCISCO FÁBIO ROSAS DA SILVA

RICARDO DE MELLO PEREIRA

Assistentes Técnicos Militares

ANTONIO BECKER

GLORIBALDA MARINS ROCHA

AGOSTINHO FLORENTINO DA S. FERNANDES

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Supervisores Militares

MARIA RITA DA SILVA

GUILHERME FIORINI R. DE CARVALHO

MARIA HELENA DE BARROS MARTINS

MARCELO MICHELAZZO SILVA

FABIO DOS SANTOS SOARES

Supervisores

RODRIGO RODRIGUES DE AQUINO

RAFAEL APARECIDO CALDEIRA DA SILVA

Especialistas Militares

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES EXERCÍCIO 2013

ANEXO I (Fixação de Metas)



PORTARIA Nº 3421/CISSET/MD, DE 28 DEZEMBRO DE 2012

Fixa as metas da Secretaria de Controle Interno para o exercício de 2013.

A SECRETÁRIA DE CONTROLE INTERNO DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe é atribuída no art. 13 do Anexo XIII à Portaria Normativa nº 142/MD, de 25 de janeiro de 2008, resolve:


Art. 1º. Fixar, nos termos do Anexo desta Portaria, as metas de desempenho institucional da Secretaria de Controle Interno (Ciset-MD), para o exercício de 2013.

Parágrafo único. O estabelecimento e a distribuição dos pontos consideraram as horas necessárias para elaboração de cada produto, calculadas com base em homem/hora, bem assim o efetivo atual da Secretaria.

Art. 2º. Caberá à Assessoria Técnica - Astec o monitoramento das metas institucionais e a consolidação das informações referentes ao desempenho das Unidades específicas.

Art. 3º. Em caso de eventuais desvios e descumprimentos das metas fixadas, justificativas deverão ser apresentadas pelos titulares das Unidades específicas, ao titular da Secretaria de Controle Interno, até o quinto dia útil subsequente ao trimestre da ocorrência, mediante relatórios específicos.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


MARIA ALDECI BÔBÔ LOPES
Secretária de Controle Interno





ANEXO À PORTARIA Nº 3421 /CISSET-MD, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

METAS PARA O EXERCÍCIO DE 2013

Descrição	Unidade Específica	Produto	Qtde	Homem/Hora (h/h)	Pontos (h/h)	
Acompanhamento Contábil.	Geafo	Relatório	09	120	1.080	
Acompanhamento Orçamentário e Financeiro de Unidades com pequena movimentação contábil.	Geafo	Relatório	20	80	1.600	
Acompanhamento Orçamentário e Financeiro de Unidades com movimentação contábil complexa.	Geafo	Relatório	22	120	2.640	
Acompanhamento da execução de Convênios no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi.	Geafo	Relatório	10	120	1.200	
Acompanhamento das informações referentes a imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNet.	Geafo	Relatório	03	40	120	
Acompanhamento da execução orçamentária de ações ligadas aos V Jogos Mundiais Militares.	Geafo	Relatório	01	80	80	
Planejamento de auditorias de contas anuais.	Grupo 1	Geaud	Escopo	03	160	480
	Grupo 2	Geaud	Escopo	04	240	960
Realização de auditorias de contas anuais.	Grupo 1	Geaud	Relatório	03	190	570
	Grupo 2	Geaud	Relatório	04	600	2.400
Planejamento de auditorias de acompanhamento de gestão.	Geaud	Escopo	07	280	1.960	
Realização de auditorias de acompanhamento de gestão.	Geaud	Relatório	07	700	4.900	
Apoio aos gestores na elaboração do relatório de gestão.	Geaud	Informação	10	32	320	
Acompanhamento permanente dos gastos das unidades jurisdicionadas.	Geaud	Relatório	04	120	480	
Análise de processos instaurados no âmbito da Ciset-MD.	Geaud	Informação	32	15	480	
Acompanhamento de recomendações e determinações dos órgãos de controle externo e interno.	Geaud	Informação	02	120	240	
Acompanhamento do julgamento de contas anuais.	Geaud	Informação	04	32	128	
Avaliação de Programa de Governo (PCN) e (HFA).	Geori	Relatório	02	440	880	
Atendimento a consultas e orientações formuladas.	Geori	Informação	61	20	1.220	
Apoio à elaboração da PCPR.	Geori	Relatório	01	100	100	
Avaliação e acompanhamento de denúncias.	Geori	Informação	15	20	300	
Exame e certificação de TCE's.	Geori	Relatório	20	20	400	
Elaboração do Pronunciamento Ministerial de TCE's.	Geori	Relatório	04	04	16	
Análise de atos de admissão e desligamento de pessoal.	Geori	Informação	52	0,5	26	
Análise de atos de aposentadorias e pensões.	Geori	Informação	34	05	170	
Acompanhamento de dados do Sisob.	Geori	Relatório	06	40	240	
Acompanhamento da implantação do Plano de Ação.	Geori	Relatório	07	450	3.150	
Ação de fiscalização específica sob atos de gestão.	Geori	Relatório	01	100	100	
Pontuação por Unidade Específica	Geafo			6.720		
	Geaud			12.918		
	Geori			6.602		
Pontuação Global				26.240		

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES EXERCÍCIO 2013

ANEXO II (Metas Resultados)



PORTARIA Ciset/MD Nº 38 DE 13 DE JANEIRO DE 2014

Divulga os resultados relativos à execução das metas institucionais concernentes ao exercício de 2013.

A SECRETÁRIA DE CONTROLE INTERNO DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe é atribuída no art. 13 do Anexo XIII à Portaria Normativa nº 142/MD, de 25 de janeiro de 2008, resolve:

Art. 1º. Divulgar, na forma do anexo a esta Portaria, os resultados alcançados pela Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (Ciset/MD), na execução das metas institucionais, relativas ao exercício de 2013, fixadas mediante a Portaria Ciset/MD nº 3.421, de 28 de dezembro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


MARIA ALDECI BÔBÔ LOPES

ANEXO À PORTARIA Nº 038/CISET/MD, DE 13 JANEIRO DE 2014.

Resultados alcançados na execução das metas fixadas pela Portaria Ciset/MD nº 3.421/Ciset-MD, de 28/12/2012:

Descrição	Unidade Específica	Produto	Fixado		Realizado			
			Qtde	Pontos	Qtde	Pontos	%	
Acompanhamento Contábil.	Geafo	Relatório	9	1.080	13	1.560	144,44%	
Acompanhamento Orçamentário e Financeiro de Unidades com pequena movimentação contábil.	Geafo	Relatório	20	1.600	19	1.520	95,00%	
Acompanhamento Orçamentário e Financeiro de Unidades com movimentação contábil complexa.	Geafo	Relatório	22	2.640	31	3.720	140,91%	
Acompanhamento da execução de convênios no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi.	Geafo	Relatório	10	1.200	8	960	80,00%	
Acompanhamento das informações referentes a imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNet.	Geafo	Relatório	3	120	3	120	100,00%	
Acompanhamento da execução orçamentária de ações ligadas aos V Jogos Mundiais Militares.	Geafo	Relatório	1	80	1	80	100,00%	
Planejamento de auditorias de contas anuais.	Grupo 1	Geaud	Escopo	3	1.440	3	1.440	100,00%
	Grupo 2	Geaud	Escopo	4		4		
Realização de auditorias de contas anuais.	Grupo 1	Geaud	Relatório	3	2.970	3	2.970	100,00%
	Grupo 2	Geaud	Relatório	4		4		
Planejamento de auditorias de acompanhamento de gestão.	Geaud	Escopo	7	1.960	7	1.960	100,00%	
Realização de auditorias de acompanhamento de gestão.	Geaud	Relatório	7	4.900	7	4.900	100,00%	
Apoio aos gestores na elaboração do relatório de gestão.	Geaud	Informação	10	320	10	320	100,00%	
Acompanhamento permanente dos gastos das unidades jurisdicionadas.	Geaud	Relatório	4	480	4	480	100,00%	
Análise de processos autuados no âmbito da Ciset-MD.	Geaud	Informação	32	480	39	585	121,88%	
Acompanhamento de recomendações e determinações dos órgãos de controle externo e interno.	Geaud	Informação	2	240	2	240	100,00%	
Acompanhamento do julgamento de contas anuais.	Geaud	Informação	4	128	4	128	100,00%	
Avaliação de Programa de Governo (PCN) e (HFA).	Geori	Relatório	2	880	2	880	100,00%	
Atendimento a consultas e orientações formuladas.	Geori	Informação	61	1.220	58	1.160	95,08%	
Apoio à elaboração da PCPR.	Geori	Relatório	1	100	1	100	100,00%	
Avaliação e acompanhamento de denúncias.	Geori	Informação	15	300	16	320	106,67%	
Exame e certificação de TCE's.	Geori	Relatório	20	400	11	220	55,00%	
Elaboração do Pronunciamento Ministerial de TCE's.	Geori	Relatório	4	16	7	28	175,00%	
Análise de atos de admissão e desligamento de pessoal.	Geori	Informação	52	26	100	50	192,31%	
Análise de atos de aposentadorias e pensões.	Geori	Informação	34	170	74	370	217,65%	
Acompanhamento de dados do Sisob.	Geori	Relatório	6	240	6	240	100,00%	
Acompanhamento da implantação do Plano de Ação.	Geori	Relatório	7	3.150	7	3.150	100,00%	
Ação de fiscalização específica sob atos de gestão.	Geori	Relatório	1	100	1	100	100,00%	
PONTUAÇÃO POR UNIDADE ESPECÍFICA	GEAFO		6.720		7.960		118,45%	
	GEAUD		12.918		13.023		100,81%	
	GEORI		6.602		6.618		100,24%	
PONTUAÇÃO DA CISET-MD			26.240		27.601		105,19%	